



Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A.

CNPJ: 29.618.737.0001-54

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório do auditor independente



Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

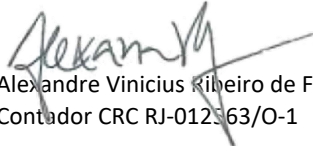
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-012563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.884	212
Contas a receber de clientes	5	3.406	4.375
Cauções e depósitos		1.073	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		106	-
Outros tributos compensáveis		50	-
Créditos com partes relacionadas:	6	1.373	12.476
Outros créditos		247	911
Total do ativo circulante		<u>12.139</u>	<u>17.974</u>
Não circulante			
Imobilizado	7	143.299	121.083
Intangível	8	2.273	-
Total do ativo não circulante		<u>145.572</u>	<u>121.083</u>
Total dos ativos		<u>157.711</u>	<u>139.057</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.330	1.914
Debêntures, empréstimos e financiamentos	9	1.409	-
Folha de pagamento		-	8
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	262	270
Outras obrigações fiscais	10	99	236
Débitos com partes relacionadas	6	24.085	8.036
Obrigações por arrendamentos	11	221	131
Outras obrigações		50	141
Total do passivo circulante		<u>27.456</u>	<u>10.736</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	47.729	-
Obrigações por arrendamentos	11	1.128	915
Outras obrigações fiscais	10	840	791
Provisão para desmantelamento	12	317	1.155
Total do passivo não circulante		<u>50.014</u>	<u>2.861</u>
Patrimônio líquido	13		
Capital social		84.522	121.600
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	5.463
Lucros (Prejuízos) acumulados		(4.281)	(1.603)
Total do patrimônio líquido		<u>80.241</u>	<u>125.460</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>157.711</u>	<u>139.057</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	14	43.410	13.904
Custo do serviço	15	(38.681)	(9.447)
Lucro bruto		<u>4.729</u>	<u>4.457</u>
Despesas operacionais	15		
Despesas gerais e administrativas		(3.717)	(1.449)
Outras receitas		54	-
Total das despesas operacionais		<u>(3.663)</u>	<u>(1.449)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		1.066	3.008
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		923	2.962
Despesas financeiras		(3.042)	(6.258)
		<u>(2.119)</u>	<u>(3.296)</u>
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda		(1.053)	(288)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(1.625)	(1.281)
Prejuízo líquido do exercício		<u>(2.678)</u>	<u>(1.569)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(2.678)	(1.569)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.678)</u>	<u>(1.569)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	(-) Capital social a integralizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	30.001	(22.292)	-	(34)	7.675
Subscrição de capital	91.599	(91.599)	-	-	-
Integralização de capital social	-	113.891	-	-	113.891
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	5.463	-	5.463
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.569)	(1.569)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	121.600	-	5.463	(1.603)	125.460
Redução de capital	(7.078)	-	-	-	(7.078)
Integralização de capital social	-	(30.000)	-	-	(30.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(5.463)	-	(5.463)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.678)	(2.678)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	114.522	(30.000)	-	(4.281)	80.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.678)	(1.569)
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Juros provisionados sobre obrigações de arrendamento	29	3
Variações monetárias e cambiais provisionadas	2.077	
Depreciação e amortização	2.752	1
Atualização financeira - Desmantelamento	83	-
Juros provisionados sobre empréstimos e debêntures	320	
Custos de transação	(653)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.625	1.281
	3.555	(284)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	969	(4.375)
Créditos com partes relacionadas	11.103	(10.054)
Tributos a compensar	(156)	
Cauções e depósitos vinculados	(1.073)	
Outros créditos	664	(500)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(584)	(11.774)
Folha de pagamento	(8)	
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(89)	(580)
Débitos com partes relacionadas	16.049	6.005
Outras obrigações	(764)	141
	29.666	(21.421)
Pagamentos de juros de empréstimos e debêntures	(183)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.632)	(1.031)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	27.851	(22.452)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição para o ativo imobilizado	(24.613)	(97.369)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(24.613)	(97.369)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Aumento de capital	20.649	113.891
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5.463)	5.463
Pagamentos de obrigações por arrendamento	(329)	-
Captação empréstimos e financiamentos	48.800	-
Redução de capital	(60.000)	-
Pagamentos de principal de empréstimos e debêntures	(1.223)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.434	119.354
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.672	(467)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	212	679
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.884	212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A. (“Companhia”) foi constituída em 5 de fevereiro de 2018, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, e tem por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica de origem solar, compra e venda de materiais e equipamentos de operação, bem como a implantação e manutenção das instalações do sistema de transmissão de interesse restrito.

A Enel Green Power São Gonçalo 7 explorará o potencial solar de 35 MW no município de São Gonçalo do Gurguéia, Estado do Piauí, que foi objeto da Resolução Autorizativa nº 7.669/2020-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração e com prazo de concessão até 19 de março de 2054.

Em 11 de dezembro de 2020 foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a entrada em operação comercial da Central Geradora Fotovoltaica (UFV) conforme Despacho da Aneel nº 3.486/2021.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 29 de abril de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quando o indicada a base diferente de mensuração.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Políticas contábeis

3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

3.5. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 8. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras

3.6. Ativo intangível

O ativo intangível corresponde ao direito de exploração de concessões é em função dos contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício

3.7. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.9. Provisões

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.10. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente. Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

3.11. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos alterados	novos ou	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado		Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes		Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis		Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro		Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro		Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture		Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo CFC

3.13. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: provisão para desmantelamento e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas correntes bancárias	354	209
Aplicações financeiras		
CDB - Certificado de depósito bancário (a)	<u>5.530</u>	<u>3</u>
Total aplicações financeiras	<u>5.530</u>	<u>3</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.884</u>	<u>212</u>

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

5. Contas a receber de clientes

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	701	2.705	3.406	4.375
	<u>701</u>	<u>2.705</u>	<u>3.406</u>	<u>4.375</u>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza da transação	Parte relacionada	31/12/2021			31/12/2020			Referência
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receita (despesa)	
	Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	-	-	7	10.054	-	7.845	
	Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	-	-	(7)	-	497	(497)	
	Enel Green Power Sao Goncalo 14	-	-	244	-	-	-	
	Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A.	-	-	(1)	-	75	(74)	
Compra e venda de energia	Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.	-	-	-	-	2.105	(2.105)	(i)
	Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.	-	-	-	-	53	(53)	
	Enel Green Power Isamu Ikeda S.A.	-	-	-	-	-	(3.970)	
	Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A.	-	-	73	-	-	-	
	Enel Green Power Ventos De Santa Angela 19 S.A.	-	-	117	-	-	-	
	Enel Trading Brasil S.A.	1.373	897	4.627	-	-	-	
Transmissão de energia	Enel Cien S.A.	-	4	(21)	-	1	(16)	(ii)
Compartilhamento das despesas comuns do grupo	Enel Brasil	-	21.769	(1.114)	-	-	-	
	Enel Green Power São Gonçalo (Demais SPE's)	-	-	-	2.422	-	-	(iii) / (v)
/ Transferência de custos	Enel Power do Brasil Ltda.	-	337	-	-	337	-	
Suporte Operacional	Enel Green Power S.P.A.	-	1.078	-	-	725	-	(iv)
	Enel Green Power Participações S.A.	-	-	-	-	4.243	(1.294)	
		1.373	24.085	3.925	12.476	8.036	(164)	

- (i) Os saldos referem-se à compra e venda de energia e estão de acordo com os contratos estabelecidos entre as empresas do grupo Enel.
- (ii) Os saldos referem-se a encargos de transmissão de energia.
- (iii) Repasse de despesas com viagens, custo de pessoal e compra do projeto eólico de terceiros a serem liquidados nos próximos doze meses.
- (iv) Alocação de custos de suporte de funcionários no projeto de construção do parque eólico. Em função de tais gastos estarem atrelados à construção dos parques eólicos, definidos como ativos qualificáveis, eles foram capitalizados como parte dos custos de construção e formação dos ativos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) A referida despesa está relacionada à contratos de fruição de utilidades comuns.

Conforme detalhado na nota explicativa no 14, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (“EGP Brasil” ou “antiga controladora”) pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

Em 2021:

	Vida útil / Tempo	31/12/2020	31/12/2021				Valor líquido
		Valor líquido	Desmantelamento	Adição	Depreciação	Transferência	
Edificações	30	-	-	-	-	43.684	43.684
Instalações técnicas/mecânicas - solar	30	-	(921)	-	-	65.146	64.225
		-	(921)	-	-	108.830	107.909
Depreciação acumulada em serviço							
Reservatórios		-	-	-	(1.013)	-	(1.013)
Instalações técnicas/mecânicas - solar		-	-	-	(1.629)	-	(1.629)
Arrendamento - CPC 06		(13)	-	-	(110)	-	(123)
		(13)	-	-	(2.752)	-	(2.765)
Em curso							
Outros		119.980	-	24.613	-	(108.830)	35.763
		119.980	-	24.613	-	(108.830)	35.763
Arrendamento - CPC 06							
Outros	29	1.116	-	1.276	-	-	2.392
		1.116	-	1.276	-	-	2.392
Total do imobilizado		121.083	(921)	25.889	(2.752)	-	143.299



Notas explicativas às demonstrações financeiras
 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2020:

	Vida útil / Tempo	31/12/2019	31/12/2020			
		Valor líquido	Desmantelamento	Adição	Depreciação	Valor líquido
Depreciação acumulada em serviço						
Arrendamento - CPC 06		(12)	-	-	(1)	(13)
		(12)	-	-	(1)	(13)
Em curso						
Outros		20.665	1.155	98.160	-	119.980
		20.665	1.155	98.160	-	119.980
Arrendamento - CPC 06						
Outros	30	1.116	-	-	-	1.116
		1.116	-	-	-	1.116
Total do imobilizado		21.769	1.155	98.160	(1)	121.083

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

Os referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

Movimentação do intangível:

	Em serviço		Total
	Custo	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Transferência	2.273	2.273	2.273
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.273	2.273	2.273

9. Empréstimos e financiamentos

31/12/2021						
Instituição	Remuneração	Vencimento	Principal	Custo de transação	Juros e atualizações	Total
BNB	IPCA + 2,1397%	15/02/2044	49.654	(653)	137	49.138
Circulante			1.301	(29)	137	1.409
Não Circulante			48.353	(624)	-	47.729

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Captações	-	48.800	48.800
Variação cambial	-	2.077	2.077
Encargos provisionados	320	-	320
Transferências	3.148	(3.148)	-
Amortizações	(1.223)	-	(1.223)
Encargos pagos	(183)	-	(183)
Custo de transação	(653)	-	(653)
Saldos em 30 de junho de 2021	1.409	47.729	49.138

Cronograma de amortização da dívida (não circulante):

2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
608	723	834	967	44.597	47.729

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas (covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros.

10. Impostos, taxas e contribuições a recolher

O saldo de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 262 (R\$ 270 em 31 de dezembro de 2020).

Os outros tributos a pagar são como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	884	791
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	9	53
Programa de integração social - PIS	-	11
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	104
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	42	-
Imposto sobre serviços - ISS	-	36
Outros	4	32
Total	<u>939</u>	<u>1.027</u>
Circulante	99	236
Não circulante	840	791

- (a) Conforme o Convênio ICMS 109/2014 que autoriza o Estado do Piauí a conceder diferimento do ICMS incidente nas operações de aquisição interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, e de importação de máquinas, equipamentos e materiais sem similar nacional, destinados à captação, geração e transmissão de energia solar ou eólica, incorporadas ao ativo imobilizado de estabelecimentos geradores de energia solar ou eólica. O diferimento valerá até 31/12/2032 conforme cláusula décima do Convênio 190/17. Para as SPE's do Projeto São Gonçalo que usufruem desse benefício fiscal (diferimento do ICMS) está sendo refletido o lançamento do imposto mensalmente nas contas contábeis.

11. Obrigações por arrendamentos

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques solares.

De acordo com o pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, para os contratos de arrendamento mercantil, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros de tais contratos, R\$ 221 no passivo circulante e R\$ 1.128 no passivo não circulante, (R\$ 131 e R\$ 915 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente) em contrapartida ao direito de uso do ativo arrendado (nota explicativa 7). Abaixo demonstramos a movimentação da obrigação por arrendamentos a partir da adoção inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo no início do exercício	131	915	1.046
Remensuração	390	(592)	(202)
Amortizações principal	(329)	-	(329)
Adições (ajustes)	-	1.276	1.276
Transferências	-	(471)	(471)
Encargos provisionados	29	-	29
Saldo no final do exercício	221	1.128	1.349

Os compromissos de liquidação do saldo de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
2022	358	(137)	221
2023	329	(158)	171
2024	329	(134)	195
2025	329	(107)	222
2026 em diante	657	(117)	540
	2.002	(653)	1.349

12. Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento está relacionada com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original, dessa forma, a provisão é reconhecida como parte dos custos do ativo imobilizado e a atualização financeira no resultado utilizando taxa de desconto (pró-rate), conforme movimentação abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	1.155	-
Revisão de estimativa	(921)	1.155
Atualização financeira	83	-
Saldo no final do exercício	317	1.155

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 84.522 (R\$ 121.600 em 31 de dezembro de 2020) dividido em 114.522.004 ações ordinárias (121.600.480 ações ordinárias em 2020), todas nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionista	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	84.521.999	100,00%	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	-	-	121.600.479	100,00%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	1	0,00%	1	0,00%
Total	84.522.000	100,00%	121.600.480	100,00%

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em maio de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 20.648, passando o capital social para R\$ 142.249, mediante a emissão de 20.648 mil ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrita pela acionista Enel Brasil S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de agosto de 2021 foi aprovado a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 60.000, passando o capital social para R\$ 82.249, mediante cancelamento de 60.000 mil ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrita pela acionista Enel Brasil S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 32.272, passando o capital social para R\$ 114.522, mediante a emissão de 32.272 mil ações ordinárias, sem valor nominal, sendo R\$ 2.273 integralizados através de transferência de ativos e R\$ 30.000 a serem integralizados até 31 de dezembro de 2022.

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

13.2. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em 2020, a acionista Enel Green Power Brasil Participações Ltda. efetuou adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 5.463, os quais não foram convertidos em novas ações dentro do exercício findo de 31 de dezembro de 2021.



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Suprimentos de energia elétrica	<u>45.055</u>	14.430
Total da Receita operacional bruta	<u>45.055</u>	<u>14.430</u>
(-) Deduções da receita		
COFINS	(1.352)	(432)
PIS	<u>(293)</u>	<u>(94)</u>
Total de deduções de receita	<u>(1.645)</u>	<u>(526)</u>
	<u>43.410</u>	<u>13.904</u>



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custos e Despesas operacionais

	2021			2020			
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(11.240)	-	-	(11.240)	(9.054)	-	(9.054)
Encargos de uso de rede elétrica	(2.103)	-	-	(2.103)	(1.350)	-	(1.350)
Serviços de terceiros	(41)	50	-	9	(293)	(1.296)	(1.589)
Serviços de terceiros parte relacionadas (nota 6)	(24.984)	(1.116)	-	(26.100)	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	-	(9)	-	(9)	(16)	-	(16)
Depreciação e amortização	(110)	(2.642)	-	(2.752)	-	(1)	(1)
Seguros	(183)	-	-	(183)	(28)	-	(28)
(-) Capitalização de custos	-	-	-	-	1.294	-	1.294
Outras receitas / despesas	(20)	-	54	34	-	(152)	(152)
	(38.681)	(3.717)	54	(42.344)	(9.447)	(1.449)	(10.896)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	505	-
Variações cambiais ativas	154	2.454
Outras receitas financeiras	264	508
	<u>923</u>	<u>2.962</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(30)	-
Variações cambiais passivas realizadas	(147)	(5.834)
Custo de transação	(10)	-
Juros provisionados sobre obrigações de arrendamento	(83)	(3)
Impostos sobre operações financeiras	(72)	(2)
Juros e variações monetárias	(2.617)	(657)
Atualização financeira - desmantelamento	(83)	-
Outros	-	238
Total da despesas financeiras	<u>(3.042)</u>	<u>(6.258)</u>
Total	<u>(2.119)</u>	<u>(3.296)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de suprimento de energia elétrica	<u>45.055</u>	<u>14.430</u>
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	<u>3.604</u>	1.154
Rendimento de aplicações financeiras	<u>505</u>	-
Outras receitas	<u>264</u>	2.515
Total base de cálculo	<u>4.373</u>	<u>3.669</u>
Alíquota do imposto de renda (15%)	<u>(656)</u>	(550)
Alíquota do imposto de renda (10%), deduzindo do limite do adicional(*)	<u>(413)</u>	(349)
Total do imposto de renda	<u>(1.069)</u>	<u>(899)</u>
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	<u>5.407</u>	1.732
Rendimento de aplicações financeiras	<u>505</u>	-
Outras receitas	<u>264</u>	2.515
Total base de cálculo	<u>6.176</u>	<u>4.247</u>
Alíquota da contribuição social (9%)	<u>(556)</u>	(382)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.625)</u>	<u>(1.281)</u>

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	5.884	5.884	212	212
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	3.406	3.406	4.375	4.375
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	1.373	1.373	12.476	12.476
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.330	1.330	1.914	1.914
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	49.138	20.584	-	-
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	24.085	24.085	8.036	8.036
Obrigações de arrendamentos	Custo amortizado	2	1.349	1.349	1.046	1.046

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

a) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido	Cenário	Efeito líquido
IPCA	4.676	5.542	866	6.395	1.719
Total	4.676	5.542	866	6.395	1.719

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Dívida financeira	49.138
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(5.884)
Dívida líquida	43.254
Patrimônio líquido	80.241
Índice de endividamento líquido	35%

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	140.525	6.569.700
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	n/a	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do grupo.